

Transition to the Second Child: from Health to Public Policies²⁰

Transição para o Segundo Filho: da Saúde às Políticas Públicas

Joana Rita Guarda da Venda Rodrigues²¹

Maria Antónia Rebelo-Botelho²²

Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo

Em Portugal tem-se verificado um declínio da fecundidade e natalidade, sendo que a sua recuperação está atualmente relacionada com a transição para o segundo filho, que requer uma intervenção concertada dos seus intervenientes. Contudo, a evidência que retrata este fenómeno encontra-se dispersa na literatura.

O presente artigo surge com o objetivo de enunciar como é que na produção científica nacional e internacional, se apresenta a experiência de transição inerente ao nascimento de um segundo filho, bem como os desafios que se colocam à investigação, à prática clínica e às políticas públicas.

Verificou-se que o nascimento de um segundo filho emerge como uma transição na parentalidade com implicações na saúde e qualidade de vida, sendo escassas as investigações que a caracterizam. É recomendado o seu estudo, assim como a operacionalização de um cuidado humano profissional diferenciado. As políticas públicas podem ter um papel relevante na criação de um ambiente favorável à decisão dos casais em terem mais filhos.

Palavras-chave: Parentalidade, Segundo Filho, Enfermagem, Política Pública

Abstract

In Portugal there has been a decline in fertility and birth rates, and its recovery is currently related to the transition to the second child which requires concerted intervention by its participants. However, the evidence illustrating this phenomenon is scattered in the literature.

This article aims to outline how the transition experience inherent to the birth of a second child presents itself in the national and international scientific research, and also the challenges posed to investigation, clinical practice and public policies.

²⁰ Artigo recebido em 01/05/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 20/05/2020.

²¹ Licenciada em Enfermagem e em Gestão. Mestre em Enfermagem com Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica. Doutoranda em enfermagem na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, da Universidade de Lisboa. E-mail: guarda.joana@gmail.com.

²² Professora coordenadora na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Coordenadora Científica da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem.

It was found that the birth of a second child emerges as a transition in parenting with implications for health and quality of life, with scant research characterizing it. Its study is recommended, as well as the operationalization of a differentiated professional human care. Public policies can play a relevant role in creating a favourable environment for couples to decide to have more children.

Keywords: Parenting, Family nursing, Second child, Public policy

1. Introdução

Em Portugal, tal como na Europa, embora a maioria dos indivíduos deseje ter um primeiro filho, esta decisão tem vindo a ser adiada, para idades mais tardias, o que condiciona o nascimento do(s) filho(s) subsequente(s) (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). Vivemos, assim, num país e num presente, em que a situação da natalidade e fecundidade se tem vindo, paulatinamente, a agravar, e direcionamo-nos para um futuro, em que a incerteza face à atual conjuntura económica, atendendo, inclusive, ao seu agravamento face à pandemia vivida, se assume como fator preponderante e que terá, certamente, recuperações na natalidade, mais concretamente na decisão dos casais em terem um segundo filho.

Em 2013, o Instituto Nacional de Estatística & Fundação Francisco Manuel dos Santos, recolheram informações sobre a fecundidade dos portugueses, assim como, sobre as suas intenções e motivações, quer para concretizarem (ou não) a transição para a parentalidade, como para a conceção de mais filhos. De acordo com a recolha efetuada, em Portugal, os filhos desejados superaram os filhos dados à luz, ou seja, em média, as pessoas desejavam ter 2,3 filhos, consideravam 2,38 filhos como o número ideal de filhos numa família, esperavam ter 1,8 filhos, mas na realidade tiveram em média 1 filho, valor muito abaixo do nível mínimo de renovação da população situado nos 2,1 (Instituto Nacional de Estatística & Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014). As diferenças identificadas entre fecundidade desejada, a fecundidade intencional e a fecundidade realizada podem estar associadas quer a motivações individuais, como de ordem económica, laboral, temporal, educacional ou conjugal (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018).

Depois da Segunda Guerra Mundial, nos países de maior prosperidade económica, difundiu-se o modelo conjugal do homem provedor e da mulher doméstica e cuidadora,

baseado no trabalho pago e não pago. O Estado Social estava alinhado com este modelo conjugal, sendo o homem provedor, o principal destinatário das políticas públicas (Cunha, 2018). Contudo, nas décadas de 60 e 70 do século passado, quer os constrangimentos económicos, bem como a luta feminista pelo acesso à cidadania e independência económica, levaram ao declínio do modelo do homem provedor e da mulher doméstica, pelo modelo conjugal do “duplo emprego” ou do “emprego e meio” (Cunha, 2018). Estes modelos sustentam-se em diferentes visões por parte do Estado Social. No modelo do “duplo emprego” os dois elementos do casal trabalham a tempo inteiro, sendo característico em países em que as políticas apostam na promoção da igualdade de género, numa rede pública ou comparticipada de creches e jardins-de-infância, promotora da participação de mulheres e homens no mercado de trabalho. No modelo conjugal do “emprego e meio” o homem está no mercado de trabalho a tempo inteiro e a mulher a tempo parcial, por norma quando tem filhos pequenos, sendo característico em países com políticas familialistas assentes no pressuposto de que “cabe à mãe a responsabilidade última pelo cuidado às crianças até à sua entrada na escola, oferecendo[-se] licenças de maternidade longas e/ou subsídios para cuidar em casa” (Cunha, 2018, p.93).

Tomé, Magalhães, & Ribeiro (2018) referem que o aumento dos níveis de escolaridade, como a participação feminina no mercado de trabalho e, conseqüentemente, os desejos/aspirações pessoais e profissionais das mulheres, aparentemente, podem condicionar as motivações e intenções de mulheres e homens, influenciando o número de filhos e a idade com que esses filhos são concebidos, o que conduz a um adiamento consecutivo da conceção. Alterações que, claramente, colocam desafios quer para as políticas públicas, mas também para uma prática de cuidados de saúde baseada em evidência.

Efetivamente, constituindo-se a idade como um dos fatores-chave na intenção de se ter mais um filho, o adiamento do primeiro filho, pode significar que a transição para o segundo filho fica comprometida (Oliveira, 2012; Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). Assim, estando a recuperação da fecundidade em Portugal atualmente relacionada com o aumento do número de nascimentos de segundos filhos (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018) importa conhecer a experiência inerente à segunda transição na parentalidade, que atualmente se encontra pouco investigada e dispersa na produção científica, bem como identificar os desafios que se colocam à investigação, à prática clínica e às políticas públicas. Esta sistematização contribuirá para agregar o conhecimento existente em diferentes áreas com influência no fenómeno, assim como identificar lacunas ou novas

intervenções a serem desenvolvidas, de forma concertada, e que possam ter impacto na decisão de concepção dos casais e/ou na transição despoletada com o nascimento do segundo filho.

Neste sentido, o presente artigo de revisão narrativa da literatura surge com o objetivo enunciar, como é que, na produção científica nacional e internacional, se apresenta a experiência de transição inerente ao nascimento de um segundo filho, bem como os desafios colocados à investigação, à prática clínica e às políticas públicas, com vista à promoção desta transição. Para a sua construção foi realizada pesquisa bibliográfica em bases de dados (ResearchGate e SCielo Portugal e Brasil), motores de busca (EBSCO e Plataforma B-On) e repositórios (RCAAP e Repositório Comum) com os descritores definidos (mothe*, women, female, parent*, father*, becoming a mother, transition*, transition to parenthood, second child, second-time, two children, public policy) adaptados à língua portuguesa e espanhola.

2. Transição para o Segundo Filho

A transição para o segundo filho, representando um período singular, de transformação e de maior vulnerabilidade, exige um trajeto adaptativo e de (re)encontro com um novo equilíbrio (O'Reilly, 2004), que é marcado pelo início do subsistema fraterno (Vivian, 2010; Pereira & Piccinini, 2007). A transição para o segundo filho envolve, também, a mudança para novos papéis e responsabilidades, com implicações, quer na saúde e qualidade de vida do(s) indivíduo(s), bem como das relações conjugais e familiares, e do desenvolvimento físico e emocional saudável da(s) criança(s). De acordo com Chick & Meleis (1986), a transição conduz à incorporação de novo conhecimento, no sentido da modificação de comportamentos e de uma nova definição da própria pessoa (*self*).

Da revisão realizada foram identificados poucos estudos que descrevam a experiência desta transição, quer a partir do ponto de vista da mulher, não se focando apenas na gestação, no pós-parto ou nas semanas imediatamente após o nascimento (Stewart, 1990; O'Reilly, 2004; Holditch-Davis & Miles, 2012; Rodrigues & Velez, 2018), como a partir da experiência do homem (Oliveira & Lopes, 2010) ou do primogénito (Piccinini, Pereira, Marin, & Lopes, 2007).

Na literatura consultada sobressaem-se predominantemente estudos internacionais, da década de 80, verificando-se uma ligeira retoma nos anos 90 e 2000 (Pereira & Piccinini, 2007; Rodrigues & Velez, 2018). Em Portugal, tal como a nível internacional, tem sido desenvolvida investigação no âmbito da transição para a parentalidade e do exercício do papel maternal/paternal, sem que o foco incida sobre a transição vivida com o nascimento do segundo filho.

Na revisão integrativa da literatura realizada por Gage et al. (2006), com o objetivo de sintetizar e analisar criticamente a investigação efetuada no âmbito da parentalidade em enfermagem, verificou-se que a maioria da pesquisa têm incidido no estudo de crianças com deficiência física ou de desenvolvimento, não tendo sido efetuada qualquer referência a estudos relativos à transição na parentalidade inerente ao nascimento de um segundo filho.

O nascimento de um segundo filho emerge, na literatura consultada, como uma experiência qualitativamente diferenciada, específica e singular (Dessen, 1997; Kojima, Wakita, & Irisawa, 2005).

Contudo, ao exigir novos modos de interação resultantes da expansão de um sistema com três intervenientes para um sistema com quatro, a presença de um segundo filho, aumenta também a complexidade das interações e requer uma reorganização do sistema familiar estabelecido (O'Reilly, 2002), agora não existe apenas o relacionamento dos membros do casal, mas também pais-filhos e os relacionamentos entre irmãos (Stewart, 1990).

Relativamente às relações familiares, há consenso na literatura científica de que, ocorrem mudanças em diferentes dimensões, isto é, “na relação pai-mãe-filho mais velho, na relação conjugal, na relação mãe-primogénito, pai-primogénito” entre outros” (Oliveira & Lopes, 2010, p.104). Contudo, é a relação mãe-criança que é apontada, por grande parte dos estudos identificados, como a mais afetada (Oliveira & Lopes, 2010; Piccinini et al., 2007). Tal condição, pode ser compreendida por poucos estudos terem incluído o pai na amostra, como pelo facto da chegada de um segundo filho ser marcada por um período de rutura na relação, assim como pela redefinição do papel materno (Oliveira & Lopes, 2010, p.99), fruto das alterações, ocorridas com a gravidez, com o afastamento aquando da hospitalização e dos exigentes e longos cuidados necessários ao recém-nascido (Piccinini et al., 2007). O'Reilly (2004) sublinha, também, que as mulheres que se tornam mães de um segundo filho tendem a relatar mais stress, do que as mães pela primeira vez ou, do que as mães com três ou mais crianças. Este stress materno parece surgir, tanto das dificuldades

em cuidar do primogênito, como de uma constelação de fatores inerentes ao relacionamento com o cônjuge, com a situação laboral ou com ambas (Stewart, 1990). As mudanças vividas podem, assim, ser exigentes e desgastantes, conduzindo ao surgimento de problemas, tais como a depressão, a ansiedade, a raiva e o cansaço ou o stress (Möller, Hwang, & Wickberg, 2006; Krieg, 2007).

Da literatura científica identificada, apresentam-se alguns estudos sobre o fenómeno. Veja-se Walz & Rich (1983) estudaram o comportamento de 14 mulheres, no pós-parto, com vista a compreenderem como é que era efetuada a incorporação do segundo filho na vida da mulher, bem como na vida do outro filho. Foram identificados seis grupos de comportamentos que envolviam: (a) a promoção da aceitação, do novo bebé, pelo primeiro filho; (b) o luto pela perda da relação exclusiva com o primeiro filho; (c) o planeamento para coordenar a inclusão do segundo filho na vida familiar; (d) a reformulação do relacionamento com o primeiro filho; (e) a identificação do segundo filho, a partir da comparação com o primeiro; e (f) a auto-avaliação relativamente à capacidade para nutrir com afeto simultaneamente os dois filhos. Verificando-se que neste período pós-parto precoce, as mulheres focavam-se quase exclusivamente na relação da díade com o primeiro filho. Conclui-se também que para que esta transição fosse bem-sucedida era fundamental que a mãe aceitasse a sua nova identidade enquanto mãe de duas crianças.

Por sua vez, no estudo desenvolvido por O'Reilly (2004), com o objetivo de descrever a experiência de transição na parentalidade a partir da perspetiva da mulher que é mãe pela segunda vez, foram identificados sete temas como elementos comuns à vida das participantes: *equilibrando os elementos positivos e os negativos das primeiras semanas após o parto, sabendo o que esperar, estabelecendo uma nova rotina, mantendo a relação conjugal, fazendo uma pausa, procurando suporte, nutrindo os relacionamentos entre os membros da família* (O'Reilly, 2004, p.455). As mulheres estavam preocupadas com o seu relacionamento com cada criança, com a relação do pai com as crianças e com a relação das crianças. A autora conclui que a maioria das mães encontra na adição de uma segunda criança à família, uma experiência positiva, independentemente do esforço que levou a acomodar nas suas vidas, as necessidades de dois filhos. Esta investigação também destaca que embora, as mães pela segunda vez, encarassem esta transição com uma riqueza de conhecimentos, as mulheres podem ter preocupações que não são foco de atenção dos enfermeiros (O'Reilly, 2004).

No âmbito do doutoramento, Vivian (2010) estudou o processo de tornar-se mãe de um segundo filho, desde a gestação até ao segundo ano de vida da criança, procurando

conhecer o impacto do “complexo fraterno”. A investigadora verificou que a mulher: alterou a sua a ideia de que o segundo filho seria mais fácil; percebeu que a criação progressiva de mais espaço para uma outra criança se constituiu como um desafio; que a relação com a própria mãe foi alterada; e que a relação com o marido foi fortemente marcada pelo apoio nos cuidados ao primogénito. A autora sugere que se continue a estudar este fenómeno.

Em 2013, Vivian, Lopes, Geara, & Piccinini publicaram um estudo em que investigaram as expectativas e os sentimentos, de mulheres grávidas do segundo filho, em relação ao primogénito. Os resultados indicaram diferentes expectativas maternas quanto ao segundo filho, tanto em relação ao sexo e ao nome, como relativamente às características emocionais e físicas, com destaque para as comparações existentes com o primogénito. De acordo com os autores, o significado de se tornar mãe do segundo filho também deve continuar a ser investigado.

Stewart (1990), não se focando exclusivamente na mulher, e através de um desenho longitudinal, analisou os ajustamentos nas relações entre pais e filhos, entre irmãos e entre cônjuges. As primeiras avaliações foram realizadas durante o terceiro trimestre da segunda gravidez e as avaliações seguintes foram realizadas ao longo do primeiro ano de vida do segundo filho. Na análise verificou que, embora o nascimento de um segundo filho se constitua como um evento stressante para ambos os elementos do casal, as mulheres tinham experienciado níveis mais altos de stress e em maior variedade, do que os seus cônjuges.

Foram também identificados vários estudos que interligam a experiência inerente à transição para o segundo filho e as questões de género, de relacionamento e satisfação conjugal.

No estudo desenvolvido por Krieg (2007), com o objetivo de compreender como é que ter um filho afeta as mulheres que são mães pela primeira e pela segunda vez, verificou-se que as participantes que eram mães pela segunda vez, relataram não sentir maior capacidade para cuidar do segundo filho e identificaram um aumento do stress, do pré para o pós parto. Além disso, as mães pela segunda vez referiram que ao longo do tempo os aspetos positivos da qualidade conjugal diminuía, verificando-se que, um mês após o parto, o número de tarefas domésticas pelas quais eram responsáveis tinha aumentado.

Por sua vez, Möller, Hwang, & Wickberg (2008) ao investigarem se a satisfação com o relacionamento do casal, durante a transição para a parentalidade, estava relacionada

com as atividades domésticas, verificaram que, para as mulheres que têm um segundo filho, existe uma correlação significativa entre a carga de trabalho doméstico e a qualidade do relacionamento do casal. Numa sociedade, como a sueca, onde o estudo foi desenvolvido, com um elevado nível de igualdade entre homens e mulheres, o trabalho doméstico e o stress parecem ser indicadores de felicidade, para as mulheres que recentemente se tornaram mães pela segunda vez.

Hakulinen, Paunonen, White, & Wilson (1997) procuraram descrever a dinâmica familiar durante o terceiro trimestre de uma gravidez saudável, em famílias que tinham o seu primeiro ou segundo filho, no sudoeste da Finlândia. As mães pela segunda vez relataram mais conflitos de papéis e isolamento, sugestivos do aumento da complexidade de papéis, que surge com cada nascimento e com as exigências diárias, relacionadas com a modificação de rotinas previamente definidas.

Por sua vez, Katz-Wise, Priess, & Hyde (2010) examinaram as mudanças nas atitudes de papel de género e no comportamento, ao longo da transição para a parentalidade pela primeira vez e após o nascimento de uma segunda criança. Os autores verificaram que as atitudes relacionadas com o papel de género tornaram-se mais tradicionais, desde a gravidez até aos doze meses de idade, mantendo-se neste registo para os progenitores que são pais pela segunda vez. Verificou-se também que a família assumiu maior relevância comparativamente com o trabalho.

A parentalidade, a conjugalidade e a rede de suporte recebido, no contexto de um segundo filho, também têm sido estudadas. Möller et al. (2006) ao procurarem examinar a associação entre os estilos de vinculação e a relação dos casais após a transição para a parentalidade, verificaram que para as mães pela segunda vez, uma vinculação insegura com o parceiro foi significativamente associada com a insatisfação no relacionamento do casal.

Os estudos desenvolvidos por Gottlieb & Mendelson (1995), Dessen (1997), Pereira & Piccinini (2007), Krieg (2007), Barnes (2013), Park (2012), Martins (2013) destacam a influência de vários fatores na vivência desta transição que extrapolam o sistema familiar nuclear, incluindo, nomeadamente, a família extensa, os amigos, vizinhos, instituições de saúde, entre outros.

Gottlieb & Mendelson (1995) investigaram a relação entre os diferentes estados de humor e o apoio social detido, de 50 mães casadas que esperavam um segundo filho, no pré e pós-parto. Verificou-se que as mães deprimidas, irritadas e / ou cansadas relatavam ter tido apoio inadequado. Concluiu-se também que diferentes tipos de apoio

desempenham funções diferentes, antes e após o nascimento. Por sua vez, as mães que ficaram satisfeitas com o apoio que receberam eram menos suscetíveis de ficarem deprimidas ou referirem raiva.

Por sua vez, Barnes (2013) no estudo que realizou nos EUA, e em que tinha como objetivo clarificar como é que as mães pela primeira e pela segunda vez decidiam sobre a duração da sua licença de maternidade, verificou que as mulheres grávidas de um segundo filho, participantes no estudo, falavam de um modo mais confiante e que tomavam decisões diferentes umas das outras. Além disso, estas mulheres partilhavam, por um lado, a crença de que seis semanas pagas para a licença de maternidade era insuficiente, e por outro, o desejo de que a mesma fosse aumentada, que os maridos também tivessem direito e que existisse maior flexibilidade na mesma. Estas mulheres mostraram também adequar a licença à situação familiar, o que passava por exemplo, por um maior planeamento da gravidez.

O nascimento do segundo filho representando, como descrito, um momento complexo de transição traz desafios para todos os subsistemas que o compõe, sendo que a falta de condições e suporte adequados pode ter impacto nesta experiência, dependendo-se que, poderá mesmo a ter influência na decisão dos casais de terem mais filhos.

3. Caminho(s) a Percorrer...

Tal como descrito em vários estudos consultados, a investigação no âmbito da transição para o segundo filho, deve continuar a ser investigada, nomeadamente no contexto português, com vista a uma melhor compreensão do fenómeno. Esse conhecimento permitirá, por um lado, o desenvolvimento de uma prática de cuidados baseada na evidência, como também poderá contribuir para a identificação de estratégias de incentivo à fecundidade e à natalidade, ou seja, à definição de políticas que minimizem as dificuldades e reforcem as vantagens identificadas na vivência desta transição na parentalidade. Será, certamente, uma estratégia concertada em várias áreas, que influenciará ou criará condições favoráveis para que esta transição passe do desejo à realidade.

De seguida são apresentadas considerações que se pretendem constituir apenas como contributos para uma reflexão sobre os caminhos a percorrer na investigação, na prática clínica e nas políticas públicas, identificados na produção científica consultada.

3.1. Na Investigação

Para que o fenómeno, inerente à vivência da segunda transição na parentalidade, seja compreendido de forma aprofundada, na literatura identificada sugere-se que sejam realizados estudos que permitam compreender aprofundadamente a perspectiva das mulheres quando se tornam mães pela segunda vez, no contexto português (Rodrigues & Velez, 2018), assim como a experiência do pai (O'Reilly, 2002; Krieg, 2007), de modo a que esta transição seja compreendida de modo aprofundado e a sua vivência possa ser facilitada.

Oliveira & Lopes (2010) sublinham a importância do desenvolvimento de novas pesquisas que possam “contribuir para o entendimento das repercussões do nascimento do segundo filho no desenvolvimento emocional do primogénito e, sobretudo, nas questões de separação psicológica ou emocional em relação aos seus cuidadores” (p.105).

Por sua vez, Dessen & Braz (2000) sugerem que seja estudada a influência dos avós no desenvolvimento da criança, mais concretamente, no que diz respeito, à sua participação nos períodos de transição familiar decorrentes do nascimento dos netos.

Szabó, Dubas, & Aken (2012) também sublinham que, atendendo a que as famílias são sistemas abertos, seria importante conhecer o modo como a chegada de um segundo filho pode levar à reorganização da família. Nesta linha de pensamento, Krieg (2007) sugere que os estudos futuros incluam mães e pais, assim como informações relativamente ao casamento e à divisão do trabalho em casa. Estes estudos permitiriam uma avaliação mais precisa das dinâmicas familiares dos intervenientes, ajudando, a esclarecer o impacto da contribuição percebida de cada um dos progenitores relativamente à sua contribuição, efetiva, nas tarefas domésticas, bem como o exame da família enquanto sistema. Também O'Reilly (2002), para além da investigação sobre a experiência do pai na transição na parentalidade pela segunda vez, recomenda o estudo do efeito da participação paterna nos cuidados à criança e a satisfação com a divisão do trabalho.

Piccinini et al. (2007) , por sua vez, sublinha a necessidade de serem realizados estudos que investiguem esta transição no contexto de famílias de diferentes classes sociais, possibilitando uma compreensão mais aprofundada deste período. Assim como, a realização de estudos que auxiliem na fundamentação de programas de apoio e educação a familiares no período do nascimento de filhos.

Em 2012, Mendes, na comunicação intitulada “Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política”, publicada em Roteiros do Futuro - Conferência “Nascer em Portugal”, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, destaca também a importância de serem desenvolvidos mais estudos sobre as intenções de fecundidade dos portugueses. Assim como a necessidade de se “perceber em que medida a decisão de fecundidade está associada à noção de dimensão familiar desejada ou considerada *ideal* e às circunstâncias que, gradualmente, as vão transformando em intenções e, finalmente, em nascimentos” (Mendes, 2012, p. 108). A investigadora sublinha ainda que esta avaliação deve ser realizada em termos de coorte e não usando um indicador do momento.

3.2. Na prática clínica

Dos estudos consultados, a transição despoletada pela concepção e nascimento do segundo filho, pode conduzir a problemas de saúde específicos (O’Reilly, 2002; Möller et al., 2006; Krieg, 2007), associados a fatores associados à necessidade de reorganização da família e ao ajustamento por parte dos diferentes intervenientes, traduzindo-se num período de maior vulnerabilidade (Pereira & Piccinini, 2011).

A facilitação dos processos de transição constitui-se como um foco de atenção da disciplina de enfermagem (Meleis & Schumacher, 1994; Meleis, Sawyer, Im, Hilfinger, & Schumacher, 2000; Meleis, 2010; Basto, 2012), em que o cuidar emerge como um processo que facilita as transições bem sucedidas (Meleis, 2010). De acordo com Rodrigues & Velez (2018) esta mudança na parentalidade exige a operacionalização de um cuidado humano profissional dirigido ao reforço de competências e de recursos, assim como à minimização de vulnerabilidades.

Nos estudos identificados são apresentadas sugestões para a prática clínica. O’Reilly (2004) na investigação que desenvolveu sugere que os enfermeiros na promoção do ajustamento das mulheres, face à atual transição, sublinhem a riqueza de conhecimentos e experiência que detêm, assim como, a adequada adaptação que realizaram aquando do nascimento do primeiro filho. É também sugerido que estes profissionais promovam, após a alta hospitalar, o suporte necessário à lactação, de modo a que seja minimizado o stress subjacente aos problemas precoces de amamentação. A autora também sugere a discussão antecipada sobre padrões de sono das crianças e lactentes, o que implica que os

enfermeiros e outros profissionais detenham conhecimentos atualizados sobre as várias abordagens para uma adequada higiene do sono e que tenham uma apreciação individualizada de cada criança e família, garantindo que preconceitos não são transmitidos aos pais.

No estudo desenvolvido por O'Reilly (2004) as participantes revelaram que, por vezes, hesitavam partilhar as suas filosofias com outros pais, com receio de respostas negativas. Assim, a investigadora sugere que os enfermeiros discutam este tema com as mulheres, reforçando-se, junto das mesmas, a possibilidade de existirem diferentes abordagens e opções parentais, sensibilizando-as para a importância do respeito pelas decisões de outras mulheres. Segundo a investigadora esta abordagem pode contribuir para fomentar um ambiente de suporte mútuo, em detrimento de um contexto destrutivo para com o outro (O'Reilly, 2004). A discussão sobre a importância do tempo livre, da construção de uma rede de suporte, o encorajamento das competências do pai nos cuidados à criança e do estabelecimento de prioridades, também é retratado nas implicações para a prática deste estudo (O'Reilly, 2004).

Por sua vez, Szabó et al. (2012) sugere intervenções direcionadas para pais com um (segundo) filho com temperamento difícil, assim como a discussão de questões relacionadas com a coparentalidade, isto é, com a cooperação entre os pais, face ao stress que vivem quando têm uma criança difícil.

A crescente evidência na investigação relativamente ao conflito de papéis existentes nesta segunda transição na parentalidade, conduz Lorensen et al., (2004) a sugerirem que a intervenção deve incidir no suporte à negociação face à mudanças nos papéis resultantes do nascimento de uma criança, mas com enfoque em comportamentos concretos, nomeadamente na organização equitativa as tarefas, bem como na forma de chegar a acordo relativamente ao modo de como as tarefas são divididas (Lorensen et al., 2004).

Quanto a recursos e estratégias a adotar para dar resposta às necessidades, O'Reilly (2004) também propõe sessões pós-parto, grupos de apoio, visitas domiciliárias, assim como a oferta de ajuda. A disponibilização de informação e materiais online, sobre temáticas relevantes com *links* para adicionar fontes de informação, desde a primeira semana, após o parto, bem como ao longo do primeiro ano de vida também são sugeridas neste estudo. Não obstante, é destacado como preponderante a avaliação das necessidades de aprendizagem e a individualização dos ensinamentos, tendo em consideração a condição física e cognitiva de cada mulher (O'Reilly, 2004).

Nesta linha de pensamento, Rossato Pereira & Piccinini (2011) também sugere a criação de programas específicos para os pais que esperam o seu segundo filho, onde sejam facultadas diretrizes sobre as mudanças esperadas nos comportamentos e na estrutura que envolve as relações familiares desde o período gestacional até a chegada do segundo filho. Por sua vez, Hakulinen et al. (1997) tendo estudado as intervenções de enfermagem concebidas para facilitar a utilização dos recursos destacam que as famílias esperam que os enfermeiros forneçam cuidados específicos e considerem a família como um todo e numa extensão superior à que era anteriormente, que as questões de isolamento e conflito de papéis sejam atendidas, assim como sejam recomendados recursos.

Neste âmbito, Hakulinen et al. (1997) também sugerem que os enfermeiros integrem cursos que incluam noções básicas de comunicação em famílias, tais como o processo de escuta e expressão de sentimentos, e utilização de estratégias que permitam a resolução de problemas de forma vantajosa para todos os intervenientes. A mobilização de conteúdos aplicáveis e significativos para a vida familiar, com recurso a *role playing*, também é destacada como preponderante.

Não obstante, importa referir que os efeitos do nascimento de uma segunda criança não são generalizáveis. As implicações podem ser muito variadas e complexas e dependem tanto dos genitores quanto do primogénito (Park, 2012), sendo preponderante o desenvolvimento de intervenções individualizadas, mas baseadas em evidência (Hakulinen, Paunonen, MA, & ME, 1997).

3.3. Nas Políticas Públicas

Como referido anteriormente, Portugal apresenta atualmente uma estrutura populacional envelhecida, resultado do aumento da esperança de vida, da diminuição do número de filhos e da diminuição da população em idade ativa (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). A baixa natalidade emergindo como um fenómeno social dinâmico e complexo requer a articulação de diferentes perspetivas e a congregação e comprometimento de esforços de diversos intervenientes (Cunha, 2018).

Sabe-se que as motivações e a decisão para ter apenas um filho ou ir além do primeiro, condicionam a fecundidade e o rejuvenescimento do país (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). De acordo com Mendes et al. (2016) a motivação, em indivíduos

portugueses entre os 30 e os 39 anos, para ter mais filhos aparenta estar relacionada com a idade do indivíduo, com questões de ordem financeira, com a existência de coabitação ou casamento, com a dimensão do agregado de origem (quem teve mais irmãos, pretende ter mais filhos), assim como, com a idade em que se deixou o agregado familiar de origem (Mendes et al., 2016). Por sua vez, Tomé, Magalhães, & Ribeiro (2018) referem que para aproximadamente 30% dos jovens até aos 30 anos, as questões inerentes à habitação se assumem como determinantes, para não pretenderem ter mais filhos. Acresce, também, a esta informação que casas mais pequenas, potenciam famílias menores, ou seja, a conjuntura existente, no nosso país, parece não ser favorável ao incentivo da fecundidade e da natalidade.

Concomitantemente e, uma vez que, a entrada tardia no mercado de trabalho e o aumento dos níveis de escolaridade dificilmente regredirão, a atual moldura só poderá ser alterada em situações em que os casais sintam estabilidade económica e social para terem (mais) filhos, o que implica que lhes sejam proporcionadas as condições que considerem as ideias para terem os filhos que pretendem, e na altura que desejam (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018).

Paralelamente, o recurso à imigração poderia ter algum impacto no aumento da fecundidade e natalidade, em Portugal. Contudo sabe-se, através de vários estudos, que os imigrantes de 2ª geração adotam comportamentos de fecundidade muito idênticos aos dos seus países de origem, pelo que a melhor estratégia passa, então, por proporcionar aos residentes as condições favoráveis para conceberem o número de filhos que pretendem (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018).

A implementação de forças (re)atrativas ou de fixação sobre os emigrantes que entre 2011 e 2015 saíram de Portugal, e que eram sobretudo indivíduos em idade ativa jovem, é outra estratégia que é também apontada como relevante para o aumento da natalidade (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018), na medida em que, o número de portugueses que o fizeram foi bastante elevado e que tendência de que se venham a fixar, permanentemente, nos países de destino e a ter os seus filhos nesses locais, em detrimento de Portugal, é muito forte. Nesse sentido, de acordo com Tomé, Magalhães, & Ribeiro (2018) seria importante que fossem proporcionadas a estes indivíduos condições de trabalho satisfatórias, com salários compatíveis às expectativas existentes relativamente às habilitações literárias e qualificações profissionais que detêm.

Para além da criação das anteriormente referidas condições socioeconómicas favoráveis aos portugueses (habitantes, ou não, em território nacional), para conceberem o

número de filhos pretendidos, na produção científica são também identificadas as dificuldades inerentes à conciliação da vida profissional e familiar, assim como enunciadas as áreas em que são necessárias intervenções. Os resultados do *International Social Survey Programme* (ISSP) - ‘Família e papéis de género em mudança’, publicado no Livro Branco Homens e Igualdade de Género em Portugal, revelam que,

apesar da elevada prevalência do *duplo emprego* na sociedade portuguesa, a desigualdade de género manifesta-se no diferente volume de horas que mulheres e homens dedicam ao trabalho pago e, principalmente, ao trabalho não pago. Com efeito, as tarefas domésticas, os cuidados a familiares e a conciliação com a vida profissional – dimensões menos visíveis e tangíveis do quotidiano das famílias e socialmente menos valorizadas – continuam a recair sobretudo sobre as mulheres (Cunha, 2018, p.104).

Contudo, já começam a existir, em Portugal, também sinais de alguma mudança geracional protagonizada por ambos os sexos, que se traduz numa diminuição da sobrecarga feminina (Cunha, 2018). Efetivamente a desigualdade de género patente no trabalho pago, no trabalho não pago e na conciliação entre as duas esferas da vida, não encontra eco na redação do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, sendo um tópico recorrente da agenda e da ação de decisores políticos, parceiros sociais e organizações da sociedade civil ao longo destes anos (Cunha, 2018).

Neste âmbito, a adoção de políticas públicas protetoras podem ter impacto, nomeadamente na mudança coletiva de atitudes, por exemplo, no que diz respeito à desconstrução de estereótipos de género, grandemente responsáveis pelo conflito de papéis que mulheres e homens, enfrentam enquanto pais e profissionais. Também o desafio da mudança da cultura empresarial predominante, mais concretamente relativamente às necessidades de conciliação das famílias e ao reconhecimento que os trabalhadores do sexo masculino são, também eles, responsáveis pela conciliação família-trabalho, assim como potenciais cuidadores. Também a

consolidação e coerência das políticas públicas de proteção do *duplo emprego* e da conciliação família-trabalho, o que passa por reforçar tanto as responsabilidades dos homens no quadro das licenças parentais, como a rede de equipamentos públicos ou compartilhados para a infância, ainda manifestamente insuficiente e territorialmente desigual” podem ser alvo da atenção das políticas públicas (Cunha, 2018, p.106).

Todavia, não é possível esquecer que, a fecundidade nacional resulta de inúmeras decisões individuais tomadas pelo casal, em função das suas circunstâncias específicas, e

sob a influencia de distintos fatores, que podem ser modificados com o passar do tempo (Mendes, 2012). Nesta linha de pensamento, Mendes (2012) refere que as “medidas de política que se pretendam eficazes na criação de um ambiente favorável à decisão de fecundidade dos casais não poderão ser estabelecidas de modo universal, mas antes tendo em conta a população-alvo que (ainda) pretende ter filhos”, bem como ser “orientadas para os factores que podem possibilitar nessas populações mudanças de comportamento”. A autora acrescenta assim que as medidas políticas não podem assumir um carácter único e universal, pois daí resulta, muitas vezes, a sua ineficácia (p.108).

Assim, as políticas a adotar devem passar não pelo incentivo à fecundidade, mas antes por “*criar um ambiente favorável* para que os casais possam vir a ter (mais) filhos se e quando o desejarem” (Mendes, 2012, p.103). A autora acrescenta que “uma intervenção que permitisse melhorar o padrão de vida das famílias, aumentar o seu rendimento disponível, diminuir o custo dos filhos, assegurar educação e saúde, tal como, promover a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e no espaço doméstico, contribuiria decisivamente para um aumento da fecundidade” (Mendes, 2012, p.106). De acordo com a autora, a um nível macro estas intervenções podem ser traduzidas em medidas que, de um modo geral, pudessem diminuir o desemprego e a redução da precariedade, a redução da incerteza, bem como gerar boas perspetivas para os jovens, na medida em que a promoção de um ambiente amigo das famílias poderá ter influência na tomada de decisão dos casais (Mendes, 2012).

4. Conclusão

Em Portugal a transição para a parentalidade continua a ser uma realidade vivida pela maioria da população. Atendendo à elevada proporção de filhos únicos, a transição para o segundo filho dá sinais de ser cada vez mais difícil de alcançar, embora o número ideal de dois filhos continue a marcar claramente os desejos dos portugueses.

A identificação da produção científica, sobre a experiência de transição inerente ao nascimento do segundo filho e os desafios colocados aos seus intervenientes, trouxe contributos para a sistematização do conhecimento e para a identificação de lacunas e intervenções a serem desenvolvidas, de forma concertada pelos diferentes agentes, com vista à promoção desta transição.

O nascimento de um segundo filho emerge como uma experiência qualitativamente diferenciada, específica e singular que envolve a transição para novos papéis e responsabilidades, com possíveis implicações, quer na saúde e qualidade de vida do(s) indivíduo(s), bem como das relações conjugais e familiares e do desenvolvimento físico e emocional saudável da(s) criança(s). Frequentemente associada a esta transição emergem questões de género, com enfoque para a maior sobrecarga experienciada pelas mulheres, bem como no impacto existente no relacionamento e na satisfação conjugal. A influência da família e da rede suporte social enquanto recursos importantes nesta transição também surge retratada.

Em Portugal, tem sido desenvolvida investigação no âmbito da transição para a parentalidade, mas sem que o foco seja sobre a compreensão da transição vivida aquando do nascimento do segundo filho. São vários os investigadores que sugerem que este fenómeno deve continuar a ser estudado.

Esta transição exige a operacionalização de um cuidado humano profissional que ajude a pessoa a adquirir maior autonomia e capacidade de adaptação ao novo papel. A enfermagem, tendo como enfoque a facilitação das transições, surge numa posição em que pode intervir junto dos distintos intervenientes acompanhando-os neste momento do ciclo de vida e ajudando-os a ultrapassar esta transição de forma bem-sucedida.

O desfasamento entre os ideais e os comportamentos reprodutivos dos portugueses constitui uma porta da entrada para as políticas de natalidade, nomeadamente com vista à criação de um ambiente favorável direccionado para os casais que pretendem vir a ter um segundo filho, assim como para os fatores que podem influenciar as mudanças de comportamento nesses indivíduos.

Assim, face à complexidade inerente a esta transição e ao seu impacto no rejuvenescimento do país, é preponderante a articulação de diferentes perspetivas e esforços, nomeadamente a nível estratégico, no que concerne às políticas públicas, como através de cuidados de saúde específicos e holísticos baseados em evidência.

Referências

Barnes, M. W. (2013). Having a First Versus a Second Child: Comparing Women's Maternity Leave Choices and Concerns. *Journal of Family Issues*, 34(1), 85-112 28p. <https://doi.org/10.1177/0192513X12440089>

Basto, M. L. (2012). Qual o Objecto de Estudo das Teses de Doutoramento em Enfermagem das Universidades Portuguesas? Uma Análise dos Resumos. *Pensar Enfermagem*, 16(1), 2–25.

Chick, N., & Meleis, A. (1986). Transitions: A Nursing Concern. In P. Chinn (Ed.), *Nursing research methodology* (pp. 237–257). Boulder, CO: Aspen Publication.

Cunha, V. (2018). Conciliação da atividade profissional com a vida familiar: Igualdade entre mulheres e homens e natalidade. In Portugal: Conselho Económico e Social (Ed.), *Desafios Demográficos: a Natalidade* (pp. 89–108). Coimbra: Edições Almedina.

Dessen, M. (1997). Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas Em Psicologia*, 3, 51–61. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300006

Dessen, M., & Braz, M. (2000). Rede Social de Apoio Durante Transições Familiares Decorrentes do Nascimento de Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 221–231. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722000000300005&script=sci_abstract&tlng=pt

Gage, J. D., Everett, K. D., & Bullock, L. (2006). Integrative review of parenting in nursing research. *Journal of Nursing Scholarship*, 38(1), 56–62.

Gottlieb, L. N., & Mendelson, M. J. (1995). Mothers' moods and social support when a second child is born. *Maternal-Child Nursing Journal*, 23(1), 3–14. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=mnh&AN=7791380&site=ehost-live>

Hakulinen, T., Paunonen, M., White, M., & Wilson, M. (1997). Dynamics of families during the third trimester of pregnancy in southwest Finland. *International Journal of Nursing Studies*, 34(4), 270-277 8p. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=107348606&site=ehost-live>

Holditch-Davis, D., & Miles, M. (2012). Parenting research in nursing. In *Encyclopedia of Nursing Research* (Third edit). NY: Springer Publishing Company.

Instituto Nacional de Estatística, & Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2014). *Inquérito à Fecundidade 2013*. Retrieved from <https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/1490/inquerito-a-fecundidade-2013>

Katz-Wise, S. L., Priess, H. A., & Hyde, J. S. (2010). Gender-role attitudes and behavior across the transition to parenthood. *Developmental Psychology*, 46(1), 18–28. <https://doi.org/10.1037/a0017820>

Kojima, M., Wakita, M., & Irisawa, Y. (2005). The impact of a second infant on interactions of mothers and firstborn children. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 23(1), 103–114. Retrieved from 10.1080/02646830512331330910

Krieg, D. B. (2007). Does motherhood get easier the second-time around? Examining parenting stress and marital quality among mothers having their first or second child. *Parenting: Science & Practice*, 7(2), 149-175 27p. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=105878787&site=ehost-live>

Lorensen, M., Wilson, M., & White, M. (2004). Norwegian families: transition to parenthood. *Health Care for Women International*, 25(4), 334-348 15p. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=106663962&site=ehost-live>

Martins, C. (2013). *A transição no exercício da parentalidade durante o primeiro ano de*

vida da criança: uma teoria explicativa de enfermagem. Universidade de Lisboa.
Retrieved from
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9420/1/ulsd066671_td_Cristina_Martins.pdf

Meleis, A. I. (2010). *Transitions theory: middle range and situation specific theories in nursing research and practice*. New York: Springer Publishing Company, LLC. Retrieved from
https://taskurun.files.wordpress.com/2011/10/transitions_theory__middle_range_and_situation_specific_theories_in_nursing_research_and_practice.pdf

Meleis, A. I., & Schumacher, K. L. (1994). Transitions: a central concept in nursing. *Journal of Nursing Scholarship*, 26(2), 119–127.

Meleis, A., Sawyer, L., Im, E., Hilfinger, M., & Schumacher, K. (2000). Experiencing Transitions: An Emerging Middle-Range Theory. *Adv Nurs Sci*, 23(1), 12–28.

Mendes, M. F. (2012). Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política. In *Roteiros do Futuro: Presidência da República - Conferência “Nascer em Portugal”* (p. 91-109). Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Mendes, M., Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L., & Freitas, R. (2016). *Determinantes da fecundidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Moller, K., Hwang, C., & Wickberg, B. (2008). Couple relationship and transition to parenthood: does workload at home matter? *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 26(1), 57-68 12p. Retrieved from
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=105915639&site=ehost-live>

Möller, K., Hwang, C., & Wickberg, B. (2006). Möller, K., Hwang, C., & Wickberg, B. (2006). Romantic attachment, parenthood and marital satisfaction. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 24(3), 233–240 8p. Retrieved from

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=106268796&s>. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 24(3), 233-240 8p. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=106268796&site=ehost-live>

O'Reilly, M. (2004). Achieving a new balance: women's transition to second-time parenthood. *JOGNN: Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing*, 33(4), 455-462 8p. <https://doi.org/10.1177/0884217504266911>

O'Reilly, M. M. (2002). *The experience of maternal transition to second-time parenthood. Experience of Maternal Transition to Second-time Parenthood*. University of Connecticut. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=109877312&site=ehost-live>

Oliveira, D., & Lopes, R. (2010). Implicações emocionais da chegada de um irmão para o primogênito: uma revisão da literatura. *Psicologia Em Estudo*, 15(1), 97–106. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a11v15n1.pdf>

Oliveira, I. (2012). A Fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem de nascimento. In Casa Civil da Presidência da República (Ed.), *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer Portugal"* (pp. 111–128). Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Retrieved from https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8878/1/Livro_roteirosdofuturo_nasceremportugal.pdf

Park, S.-M. (2012). Social networks and second-childbirth intentions of Korean married women. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 30(4), 398-412 15p. <https://doi.org/10.1080/02646838.2012.725129>

Pereira, C., & Piccinini, C. (2007). O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar. *Estudos de Psicologia*, 24(3), 385–395.

Piccinini, C., Pereira, C., Marin, A., & Lopes, R. (2007). O Nascimento do Segundo Filho

e as Relações Familiares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 253–261. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a03v23n3.pdf>

Rodrigues, J., & Velez, M. (2018). Tornar-se mãe de um segundo filho: uma revisão scoping. *Pensar Enfermagem*, 22(1), 5–17. Retrieved from http://pensarenfermagem.esel.pt/files/3_Artigo_1_-_p.5-18.pdf

Rossato Pereira, C. R., & Piccinini, C. A. (2011). Relacionamento Mãe-Primogênito durante a Gestação do Segundo Filho. *Relationship between Mother and First-Born Child during Her Second Pregnancy.*, 27(2), 179–188. Retrieved from <http://10.0.6.54/s0102-37722011000200006>

Stewart, R. B. (1990). *The Second Child: Family Transition and Adjustment*. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=eric&AN=ED355015> OP - 253 pp.

Szabó, N., Dubas, J., & Aken, M. (2012). And baby makes four: The stability of coparenting and the effects of child temperament after the arrival of a second child. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 554-564 11p. <https://doi.org/10.1037/a0028805>

Tomé, L., Magalhães, M., & Ribeiro, F. (2018). Maternidade e Paternidade: motivações e intenções. A importância da idade ao nascimento do primeiro filho. In Portugal: Conselho Económico e Social (Ed.), *Desafios Demográficos: a Natalidade* (pp. 173–195). Coimbra: Edições Almedina.

Vivian, A., Lopes, R., Geara, G., & Piccinini, C. (2013). “Eu fico comparando”: expectativas maternas quanto ao segundo filho na gestação. *Estudos de Psicologia*, 30(1), 75–87. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n1/09.pdf>

Vivian, Aline. (2010). *Tornar-se mãe de um segundo filho: da gestação ao segundo ano de vida*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Walz, B. L., & Rich, O. J. (1983). Maternal tasks of taking-on a second child in the postpartum period. *Maternal-Child Nursing Journal*, 12(3), 185–216. Retrieved from

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=mnh&AN=6556428&site=ehost-live>